

NOTAS E INFORMAÇÕES

A responsabilidade do Congresso

Quando um funcionário do Fundo Monetário Internacional (FMI) externou a opinião de que o Estado brasileiro deveria realizar profundas reformas para reconquistar a confiança da comunidade internacional, o presidente Collor de Mello e os nacionalistas do Congresso abriram fogo contra o infeliz. Agora é o subsecretário do Tesouro dos EUA que condiciona o apoio explícito da administração Bush aos planos brasileiros a um acordo com o Fundo Monetário Internacional e à demonstração, por parte do governo de Brasília, de que terá condições de cumpri-lo.

As diferenças semânticas são de grande importância em discussões do tipo que o ministro Marcílio Marques Moreira vem mantendo em Bangkok: afinal, em inglês, "governo" pode significar coisa diversa que em português do Brasil. Os que são contra o governo Collor de Mello seguramente consideram que o que se espera lá fora é a "administração". Collor de Mello fechar um acordo com o FMI e, em seguida, com os bancos privados, ambos devendo ser submetidos à aprovação do Senado. É bem possível, porém, que o subsecretário Mulford tenha tido em mente, na sua reunião com Marques Moreira, que não é a "administração Collor", mas sim o governo, isto é, o Executivo e o Legislativo brasileiros que devem realizar esforços para reintegrar o País na comunidade internacional.

No Congresso brasileiro, ou pelo menos em

amplos setores dele, não se pensa assim. Tem-se como assentado que a responsabilidade pela condução dos negócios do Estado é do Executivo, cabendo ao Legislativo vetar aquilo que não lhe agrada, sem dar grande importância às consequências da rejeição dos planos. Ora, se esse tipo de raciocínio hoje correte prevalecer durante mais alguns meses, se chegará a um impasse institucional que apenas consagrará o que Rui Barbosa chamava de minoridade constitucional. Para esse impasse não se vislumbra solução, pois as posições pessoais estão tendendo a tornar-se cada dia mais inflexíveis.

Se já se pôde observar no presidente Collor de Mello a tendência de não negociar com o Congresso — firme na convicção de que cumpriu seu dever ao diagnosticar a crise e remeter as emendas ao Congresso e de que o "povo" despreza a classe política —, começam a detectar-se sinais de que muitos deputados e senadores se colocam contra as propostas do chefe do Executivo simplesmente porque ele se chama Collor de Mello.

Os erros do presidente da República são conhecidos e contados em prosa e verso. Por outro lado, as críticas ao Congresso têm-se dirigido aos aspectos não-políticos de sua atuação, a seu acendrado espírito de corpo, à

EX-LIBRIS
O ESTADO DE S. PAULO

tendência (clara em legislaturas anteriores) de beneficiar os "amigos dos príncipes" (não há os "amigos do rei"?), ao número muito grande de sessões dedicadas a coisa alguma, quando são realizadas. Na verdade, a situação nacional e a crise institucional que começa a delinejar-se no horizonte impõem uma chamada a outro tipo de responsabilidade, a política. Em outras palavras, no sistema presidencialista (ou semipresidencialista como o atual), Executivo e Legislativo assumem conjuntamente a responsabilidade política pelo que sucede de bom e de mau no País. Ou então é o caos.

O Congresso está diante de reformas profundas da Constituição, as quais tocam em pontos polêmicos e sem as quais, eventualmente, não se farão os acordos externos. Todos têm consciência de que a margem financeira que resta ao Executivo para realizar investimentos e aos congressistas para atender às necessidades reais e legítimas de suas bases eleitorais não ultrapassa os 2% ou 3% do orçamento da União para 1992. Ao longo deste ano, evidenciou-se que o Estado, responsável até agora pelo andamento mais ou menos atropelado da economia brasileira na medida em que responde por mais de 50% da formação bruta do capital social, não tem mais condições de

desempenhar o papel que foi seu desde muito. Ora, a mudança desse papel é da responsabilidade conjunta do Congresso e do Executivo. A esse cabe planejar indicativamente como está na Carta Magna; àquele cabe aprovar o que veio do Executivo ou sugerir alternativas condizentes com a realidade e não demagógicas. Se a maioria do Congresso, por animadversão à pessoa do presidente da República, enveredar pelo caminho do "não aprovo, porque veio do Planalto", a administração Collor de Mello não poderá cumprir o prometido no Exterior e o governo brasileiro (Executivo e Legislativo por igual) perderá o pouco de confiança que ainda tem nos círculos financeiros e, mais do que neles, nos diplomáticos do Exterior.

Possivelmente pelo fato de pouca importância emprestarem à política exterior do Brasil, muitos integrantes do Congresso Nacional não se deram conta de que sua obstinada oposição a tudo o que o Executivo propõe como reforma estrutural acabará conduzindo ao impasse constitucional a que nos referimos. Ora, é de Rui Barbosa, em conferência sobre as relações entre a União e os Estados (um dos temas em discussão no Emendão), esta frase lapidar, para cujo sentido profundo chamamos atenção, se é que a classe política e a classe dirigente desejam que os brasileiros possam ter o ânimo alevitado, especialmente no Exterior: "Não é grande a distância que vai da minoridade constitucional à minoridade internacional"!